



DEFICIENTES VISUAIS E O ACESSO À INFORMAÇÃO ACADÊMICA: o caso das bibliotecas universitárias

Andréia de Oliveira Paim (1); Leticia Priscila Azevedo de Sousa (2); José Maurício Diascânio(3).

Universidad Columbia Del Paraguay, andreiaopaim@yahoo.com.br (1); *Universidad Columbia Del Paraguay, lebiblio2003@yahoo.com.br* (2); *orientador, Instituto Ideia, jmauriciodiascanio@hotmail.com* (3)

O artigo analisa o acesso à informação por pessoas que possuem deficiência visual, nas bibliotecas universitárias do Rio de Janeiro. Apresenta os meios de acesso à leitura dos deficientes visuais, conceituando e apontando a relevância de cada suporte/material. E verifica se a comunidade acadêmica em questão faz uso dessas ferramentas. Haja vista que este estudo surgiu a partir de indagações a respeito de como vem ocorrendo o acesso da pessoa cega à literatura acadêmica, face aos avanços tecnológicos e, principalmente, considerando questões como: a logística de locomoção dos estudantes cegos à essas universidades é limitada? A arquitetura dos Campus é amigável? Facilita ou não o acesso e acolhimento do deficiente visual? Há sinalizações suficientes? Enfim, as legislações e normas as quais os amparam são cumpridas por essas instituições? A metodologia utilizada foi centrada em análise documental, com ênfase em questões que versam sobre o acesso à informação pelos deficientes visuais, mostrando a importância de se ter um ambiente onde todos possam participar das atividades acadêmicas de forma democrática e plural. E na verificação dos catálogos e bases de dados das referidas bibliotecas universitárias, para saber a quantidade de registros encontrados desses materiais. Conclui-se que os deficientes visuais ainda têm pouco ou nenhum acesso à informação nas bibliotecas por questões diversas tais como: a falta de comprometimento com a legislação vigente para os portadores de necessidades especiais; e, a insuficiente infra-estrutura pedagógica e financeira dessas instituições de ensino para arcarem com uma política de educação para todos, base da sociedade inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Ensino Superior; Bibliotecas universitárias; Deficiente visual.

1. INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica tornou o acesso à informação mais rápido e voraz. A internet favoreceu a troca de informações em tempo real possibilitando, por exemplo, que pesquisas feitas nos Estados Unidos possam ser acessadas em qualquer parte do mundo. Trouxe também uma grande produção de conhecimento e a democratização da informação que se tornou cada vez mais acessível a todos. Porém, apesar de toda essa evolução, cabe o questionamento se essa nova era realmente trouxe acessibilidade a todos.

A questão da acessibilidade tem sido amplamente discutida em diversas esferas. É necessário pensar a acessibilidade para que se atinja a igualdade de condições, ou ainda, a inclusão de pessoas





com deficiências físicas e mentais na sociedade. Na área da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece como um dos princípios a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Estabelece também a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. No âmbito da educação superior, cabe destacar que é princípio fundamental promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação. Para que tais princípios sejam efetivamente postos em prática, faz-se necessário pensar no acesso a informação para todos, ou seja, que qualquer pessoa, com deficiência ou não, tenha a possibilidade de ter acesso ao ensino e a todo conhecimento produzido nas universidades.

Neste sentido, as bibliotecas universitárias exercem papel fundamental na disseminação e acesso à informação. Esse papel é evidenciado por Macedo e Modesto (1999, p. 38) ao afirmarem que a biblioteca universitária deve ser a interface entre o usuário e a informação. Deve contribuir para otimizar a busca e a recuperação da informação que influi no desempenho e produtividade acadêmica em lides de ensino, aprendizagem; estudos e pesquisa; necessidades várias. Ou seja,

a biblioteca universitária implanta-se como gestora do conhecimento e disseminadora da informação que visa realizar atendimentos específicos apoiando às atividades de ensino, pesquisa e extensão, dando ênfase ao desenvolvimento da ciência, educação e cultura. As verdadeiras bibliotecas universitárias destacam-se pela excelência de seus serviços prestados à comunidade acadêmica, reafirmando a sua função social. Na sociedade contemporânea o conhecimento passa a ser um recurso estratégico nas instituições e a biblioteca acadêmica se organiza visando a geração, disseminação e uso da informação. (SANTOS, 2012, p.1)

Por todas as afirmativas apresentadas, pode-se verificar a dimensão e a importância das bibliotecas universitárias para a comunidade acadêmica bem como para a sociedade de uma maneira geral conforme destacado por Santos (2012, p.9) que diz que "as bibliotecas são espaços sociais que sempre guardam a memória humana registrada e com a responsabilidade de prover o acesso às informações armazenadas, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais humana e digna". Portanto, remetendo-se novamente a questão da acessibilidade, até que ponto as bibliotecas universitárias estão efetivamente exercendo a função de disseminadoras da informação para a comunidade como um todo. Será que estão abrangendo a todos os usuários em suas mais diversas necessidades informacionais?

Este artigo tem como objetivo geral, verificar os meios de acesso à literatura acadêmica pelas pessoas portadoras de deficiências visuais em universidades do Rio de Janeiro. O objetivo





específico foi verificar os tipos de suportes/materiais disponíveis nas bibliotecas de quatro instituições públicas de ensino superior. Ao fazer tal levantamento, averiguou-se se tais materiais atendem às necessidades desses usuários.

A metodologia utilizada foi centrada em análise documental, em questões que versam sobre o acesso dos deficientes visuais à informação e os meios disponíveis. Além, da consulta aos catálogos e bases de dados das referidas bibliotecas universitárias, para verificar a existência e o quantitativo desses suportes em seus respectivos acervos.

2. A QUESTÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Para compreender as necessidades especiais que permeiam a vida de um portador de deficiência visual, é importante definir esse tipo de deficiência. Segundo Campos, Silveira (apud Barros Júnior, 2006)

É a perda ou redução de capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo, que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico. Existem também pessoas com visão sub-normal, cujos limites variam com outros fatores, tais como, fusão, visão cromática, adaptação ao claro e escuro, sensibilidades a contrastes, etc.

Já segundo Barraga¹ (apud Santos, et. al, 2016), pessoas cegas são aquelas que possuem a percepção de luz insuficiente para enxergar, fazendo-se necessário a utilização do sistema Braille para aprender. Além disso, existem também as questões referentes à mobilidade e locomoção que são entraves para o desenvolvimento e independência desses cidadãos. Assim, há inúmeros registros de jovens e adultos que não freqüentam ou participam de atividades educacionais e culturais oferecidas por diversos segmentos da sociedade por falta de condições de locomoção. Outra grande necessidade deste grupo de cidadãos é capacitação ou educação para o trabalho. (Moraes, 2008, p.253)

Muitas leis foram criadas para evitar a exclusão ou a discriminação dos deficientes visuais. No âmbito internacional pode-se destacar: Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (resolução 48/96), Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Específicas: Acesso e Qualidade (ano de 1994), Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (1999), Declaração de

¹ BARRAGA, N. Disminuidos visuales y aprendizaje: enfoque evolutivo. Madrid: ONCE, 1985.





Caracas (2002) e, Declaração de Santo Domingo (2006), que trata da sociedade do conhecimento e sua relação com as novas tecnologias e inclusão digital.

No Brasil, também se iniciou um movimento buscando a inclusão e a qualidade da educação para todos. Criada em 1999, a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência bem como a portaria 3.284, de 7 de novembro de 2003, condicionam "os processos de credenciamentos de instituições de ensino superior e reconhecimentos de seus cursos, pelo Ministério da Educação — MEC, à existência de infra-estrutura adequada, em equipamentos e serviços aos alunos com algum tipo de deficiência". (Pupo, Carvalho, Oliveira, 2008, p. 262).

2.1 OS MEIOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO: CONCEITOS E CONTRIBUIÇÃO

No caso dos deficientes visuais, existem diversos meios de acesso à informação disponíveis.

Segundo Borba; Selbach; Rosas² (apud Barros Júnior, 2006), existem diferentes softwares, são eles: *BIBLIVOX*: sistema de controle, cadastro e consulta bibliográfica vocal, o qual serve como apoio ao processo de pesquisa, consulta bibliográfica e da administração do sistema por portadores de deficiência visual, através de voz sintetizada que permite assim realizar consultas ou manutenção do sistema; *DOSVOX*: sistema operacional, o qual permite que pessoas cegas utilizem um computador comum para desempenhar tarefas e assim adquirirem independência no estudo e no trabalho. O usuário interage com esse sistema através de voz sintetizada, em português e sem sotaque; *CANTALETRAS*: sistema multimídia de apoio à leitura e à escrita, através de interface auditiva, impressão Braille e características interativas que facilitam a aprendizagem da leitura e da escrita para cegos. Este sistema utiliza-se de letras e números, sílabas e fonemas, além de trabalhar com histórias as quais auxiliam na compreensão auditiva e motivação para a leitura.

Por outro lado, o áudio livro é um livro em áudio que "permite aos usuários autonomia, agilidade, versatilidade e inclusão social." (Farias, 2012, p. 32), cujos arquivos são gravados basicamente nos formatos MP3 e WMA.

² BORBA, M.; SELBACH, M. Tecnologias para educação especial. In: CONGRESSO RIBIE, 4, 1998, Brasília. Anais... Brasília: [s.n.], 1998.

ROSAS, R. Cantaletras: Sistema Multimedial de Apoyo al processo de Enseñanza de al Lectoescritura para NiñosCiegos. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA, 3, 1996, Barranquilla. **Anias...**Memorias Barranquilla: SBC, 1996.





O Braille, principal material utilizado pelos deficientes visuais, capacita o leitor a ler qualquer livro a partir de pontos em relevo que formam letras e palavras.

Mesmo com os avanços tecnológicos que aumentam à procura por literatura em áudio e as tecnologias assistivas, muitos ainda optam pelo sistema em Braille, seja pelo conhecimento da gramática e ortografia; pela confiabilidade; ou por ser uma leitura lenta, proporcionar uma melhor releitura de trechos não lidos e compreendidos. Porém, nenhum desses recursos são excludentes, todos contribuem para a autonomia, qualidade de vida e inclusão social dos deficientes visuais.

3 DESENVOLVIMENTO

Verificou-se que nas bibliotecas universitárias do Rio de Janeiro, o material em Braille ainda é o principal meio de acesso à informação para os deficientes visuais. Dentre as quatro universidades públicas analisadas, foram encontrados vinte e dois registros em suporte Braille na primeira; na segunda, nenhum suporte de acesso foi encontrado, apenas um livro falando da importância do sistema Braille; na terceira, sete registros de suporte em Braille foram encontrados e um livro falando sobre esse sistema; e na quarta, nenhum tipo de material em Braille foi encontrado, mas nessa universidade possui um laboratório equipado com o software DOSVOX.

Levando-se em consideração que as universidades criaram ações de garantia à acessibilidade e que estão diretamente ligadas à autorização de funcionamento de seus cursos, em função de uma determinação legal da

[...]Portaria n. 3.284/03 MEC/GM que revogou a Portaria MEC n. 1.679/99, que irá dispor sobre os requisitos de acessibilidade a pessoas com deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de ensino superior no País. Por meio desta, o cumprimento destas normas, se encontra atrelada à condição de avaliação da instituição. (ROCHA, 2009, p. 30-31)

E que tais determinações de acessibilidade devem ater-se, segundo Pupo, Carvalho, Oliveira (2008, p. 262), "à **norma 9050 da ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas: *Adequação das Edificações, Equipamentos e Mobiliário Urbano à pessoa portadora de deficiência*, que contempla adaptações diversas aos alunos com deficiência física e auditiva." Percebe-se pelos dados acima que pouco se avançou no sentido de adequação às normas vigentes.

Além disso, foi observado através do Sistema de Bibliotecas da primeira analisada, que na sua estatística de empréstimo não havia nenhuma ocorrência, apesar de existirem 22 registros de material em Braile em seu acervo. Nessa comunidade acadêmica não há deficientes visuais? Eles





ou qualquer outra pessoa não tiveram interesse? Ou não há divulgação dessa literatura? Enfim, muitas serão as perguntas que a princípio não cabe aqui respondê-las, mas servem de estímulos a próximos estudos.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que apesar dos esforços legais, as universidades do Rio de Janeiro analisadas neste estudo precisam promover políticas mais diretivas de inclusão e educação para todos. Dessa maneira, faz-se necessário: a capacitação em Educação Inclusiva para professores e técnico-administrativos; a superação das barreiras arquitetônicas de alguns campus, que dificultam a locomoção desses alunos; e que as bibliotecas através de parcerias e beneficiando-se do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) façam intercâmbio com o Instituto Benjamim Constant, a Fundação Dorina Nowill e com bibliotecas de outros estados que já possuam projetos nesse sentido. Assim, otimiza-se custos e intensifica os meios e serviços de acesso à informação aos deficientes visuais possibilitando a inclusão dos mesmo no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BARROS JÚNIOR, Cilair Barboza de et al. Tecnologia da informação voltada para portadores de necessidades especiais: relato de caso. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.8, n.1, p. 170-191, dez. 2006 – ISSN: 1676-2592.

FARIAS, Suelen Conceição. O áudio livro e sua contribuição no processo de disseminação de informações e na inclusão social. *Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.*, Campinas, v.10, n.1, p.31-52, jul./dez. 2012 – ISSN 1678-765X.

MACEDO, N. D.; MODESTO, F. Equivalências: do serviço convencional a novos ambientes de redes digitais em bibliotecas. *Rev. Bras. de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, Nova Série, v.1, n.1, p. 38-54, 1999.

PUPO, Deise Tallarico; CARVALHO, Silvia Helena Rodrigues de; OLIVEIRA, Vanessa Cristina. Educação inclusiva e bibliotecas acessíveis. *Revista ACB*: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.13, n.1, p.259-267, jan./jun. 2008.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: DÍAZ, F., *et al.*, orgs. *Educação inclusiva*, *deficiência e contexto social*: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 27-37. ISBN: 97885-232-0928-5. AvailablefromSciELO Books http://books.scielo.org.





SANTOS, Marivaldina Bulcão dos. Biblioteca universitária: acesso à informação e conhecimento. SEMINÁRIO NACIONAL UNVERSITÁRIAS, DE **BIBLIOTECAS** 17., 2012, Gramado. Anais... . Gramado: Febab, 2012. 12. Disponível 1 em: p. http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QHV.pdf. Acesso em: 09 out. 2016.

SANTOS, Vivian et al. Meios de acesso à literatura para pessoas com cegueira: Braille ou Áudio-livro? *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 29, n. 55, p.337-350, maio/ago. 2016. Disponível em: http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial. Acesso em: 12 out. 2016.

